

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Trabalho escravo e trabalho feminino do Pará. Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPA. Belém, (12): 53-84, 1987.

AMARAL LAPA, J.R. Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grao-Pará (1763-1769). Petropolis, Vozes, 1978.

NOVINSKY, Ilana W. Heresia, mulher e sexualidade; algumas notas sobre o Nordeste Brasileiro nos séculos XVI e XVII. In: Vivência - história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo, Brasiliense/Carlos Chagas, 1980.

SOUZA, Laura de Mello. O diabo e a Terra de Santa Cruz. São Paulo, Cia. de Letras, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. A teia da Intriga - delação e moralidade na sociedade colonial. In: História e Sexualidade no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E FATORES DE AMEAÇA A UMA COMUNIDADE PESQUEIRA DO LITORAL PARAENSE*

Maria Cristina Alves **MANESCHY**
Departamento de Ciências Socio-Políticas e Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA.

RESUMO: Descreve aspectos da organização social dos pequenos pescadores na vila de Ajuruteua, município de Bragança, Pará. Identifica as técnicas de captura, as relações de trabalho na pesca, a participação de famílias no processo produtivo, a comercialização e a dependência dos pescadores aos intermediários. Considera o impacto de fatores de ameaça à permanência da comunidade, em particular, a expansão turística e os conflitos com a pesca industrial que atua no litoral paraense.

PALAVRAS-CHAVE: comunidade pesqueira; técnicas; parceria; endividamento; fatores de ameaça.

SOCIAL ORGANIZATION AND THREATS ON A FISHERMEN COMMUNITY OF THE PARÁ COAST.

ABSTRACT: This Paper describes aspects of the small fisherman social organization in Ajuruteua village, Bragança city council, Pará. It identifies capture techniques, relations of work in fishing, participation of families in the productive process, the fish commercialization and dependency fishermen have by intermediaries. It considers menace factors impact about community permanence, in particular, the turistic expansion and conflicts with industrial fishing in paraense littoral.

KEY WORDS: Community, fishing, techniques, partnership, indebt, threats.

* Trabalho apresentado no III Encontro de Ciências Sociais e o Mar, entre 3 e 5 de abril de 1989, em São Paulo, promovido pelo Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, tendo sido publicado nos Anais desse Encontro.

Este artigo retrata aspectos da organização social da produção em uma comunidade de pescadores do litoral paraense, procurando também discutir alguns fatores que ameaçam a permanência desse grupo e suas relações sociais tradicionais. Resulta de pesquisa que realizei para elaboração de dissertação de Mestrado (1988). Esse estudo procurou compreender as condições e perspectivas de reprodução social da categoria de pescadores artesanais da costa paraense. Para isso, tomei como unidade de análise o caso da vila de Ajuruteua, situada na ilha de mesmo nome, no município de Bragança, onde efetuei levantamento de dados em 1986 e 1987.

Esse tema tem despertado o interesse de um grupo de pesquisadores paraenses, desde meados da década passada, à medida que se aceleravam mudanças econômicas na região, que alteravam as bases materiais para a permanência da pequena produção pesqueira. Entre tais mudanças, destaca-se a implantação de um eixo rodoviário que ampliou os mercados regionais, integrou o espaço regional ao nacional viabilizando a implantação do capital industrial, em particular no setor pesqueiro. PENNER (1984), MELLO (1985), LOUREIRO (1985) e FURTADO (1987) deram significativas contribuições ao entendimento desse processo em suas diferentes manifestações.

Este artigo pretende contribuir, através da análise de um caso concreto, para compreender diferentes estratégias utilizadas pelos pequenos pescadores para se manterem enquanto tais. Elas se expressam nas práticas de colaboração no processo de trabalho, nas variadas modalidades de relacionamento com a natureza, à base de um conhecimento adquirido pela experiência e transmitido de geração em geração. Envolve, também, o abandono temporário ou permanente dos meios de produção próprios, para in-

gressarem em tripulações maiores, dentro ou fora do povoado. Dependem, ainda, do crédito dos intermediários de seus produtos para adquirir e repor suas condições de trabalho

A PRODUÇÃO EM AJURUTEUA

A origem do povoado remonta ao início do século, com a chegada de famílias nordestinas, que haviam sido atraídas pela colonização bragantina durante o ciclo da borracha.

Atualmente a população gira em torno de 100 pessoas, distribuídas em cerca de 200 casas. Essas são construídas em madeira ou palha.

O terreno arenoso dificulta a prática da lavoura, de modo que os habitantes dependem basicamente da exploração dos recursos aquáticos. As mulheres fazem pequenos cultivos de temperos e alguns legumes, em canteiros suspensos, geralmente próximos à casa. Elas também cuidam de pequenas criações de aves e cabras, para consumo familiar e, às vezes, para venda a turistas.

A proximidade de manguezais possibilita a coleta de caranguejos nos períodos de sua safra. Na beira da praia, segundo a época, crianças e adultos pescam siris, também para o consumo em casa.

No mais, sua sobrevivência depende da venda dos produtos da pesca, que lhe permite adquirir os bens não produzidos localmente.

A vida toda da comunidade gira em torno da pesca, que envolve um conjunto de atividades diversificadas distribuídas entre os moradores. Tal como em outras comunidades estudadas (MALDONADO, 1986), em ajuruteua a pesca no mar é atividade es-

sencialmente masculina. As mulheres realizam as tarefas domésticas, nas quais são ajudadas pelas crianças. Entre essas atividades está a de abastecer a casa com água, coletada em poços existentes em determinados pontos do povoado. Há, também, aquelas que fabricam carvão, para uso próprio ou para venda. Mas elas também participam da pesca, executando tarefas como confecção de redes e salga de peixes. Certas formas de captura, próximas à terra, podem contar com sua participação cotidiana.

Os pescadores desenvolvem diferentes modalidades de captura, à base de um vasto conhecimento empírico, com o qual exploram o mar, os rios e igarapês.

A modalidade principal, atualmente, é a pesca em redes confeccionadas com fios de náilon, empregadas em pescarias marítimas e fluviais, cujos malheiros variam conforme as espécies procuradas. Praticam, também, a pesca com linha, destacando-se o espinhel, linha de grande extensão, na qual são fixadas centenas de linhas menores, cada qual com um anzol na extremidade. A espessura das linhas e o tamanho dos anzóis também diferem segundo as espécies buscadas.

Os currais, que predominavam há até duas décadas, são ainda bastante empregados. Pode-se dizer que, a exemplo do que ocorre em Marudá, outro núcleo pesqueiro do litoral paraense, estudado por FURTADO (1987), há uma especialização entre os pescadores locais: uns são "redeiros", outros são "curraleiros". Tratam-se de armadilhas fixas, feitas com varas de madeira de diâmetros diferentes para constituírem as estacas, ou as esteiras com que se cobre o instrumento e, ainda, redes de plástico, que forram o compartimento onde os peixes ficam aprisionados. Essas armadilhas são como grandes cer-

cados, de formatos peculiares, armadas em beiras de praia, ou bancos de areia no meio de rios ou baías. Na montagem de um curral devem levar em conta o movimento das águas, para garantir a durabilidade do aparelho e, principalmente, para que os peixes sejam orientados em sua direção. Tal situação confere grande importância à atividade de "marcação" do curral, isto é, a determinação exata do local onde armá-lo, de acordo com a direção das correntes.

Sua inventividade na exploração dos recursos da natureza manifesta-se, também, em certos tipos de captura empregados em caráter complementar. É o caso dos munzuás, armadilhas confeccionadas com talas de bambu e cipós, provenientes do interior do município. Têm formato oval, cerca de um metro de comprimento por meio de largura, com abertura em forma de cone nas extremidades laterais, por onde penetram os peixes atraídos pela isca colocada em seu interior. Esse apetrecho é colocado à beira de rios preso ao fundo por duas varas de madeira, ou, ainda, fixado na parede externa de currais.

A partir de suas experiências, os pescadores desenvolvem um conhecimento afinado dos fundos de pesca. Assim, podem ordenar e classificar o espaço marinho conforme a profundidade, o tipo de material componente do fundo e a ocorrência de espécies.

As embarcações predominantes são pequenas canoas a remo ou a vela, que têm entre 3 a 5 metros de comprimento. Para a pesca de redes e espinhéis, geralmente atuam grupos de 2 a 3 pescadores. Há, ademais, um pequeno número de embarcações motorizadas, chamadas de botes, ou barcos, de porte maior e dispondo, em alguns casos, de urnas para armazenar pescado no gelo. Tais características permitem-lhes um raio de ação ampliado.

Os botes motorizados geralmente são emprega-

dos na pesca com redes. Estas têm extensão muito superior a das utilizadas nas canoas. Suas tripulações são compostas de 5 pescadores em média, aparecendo, então, novas funções: a de motorista (responsável pelo funcionamento do motor) e a de geleiro (encarregado de armazenar os peixes na urna).

O conjunto das pescarias é fortemente influenciado pelas marés. Enchente e vazante condicionam os horários de saída e chegada. Porém, enquanto os pescadores de canoas realizam pescarias diárias, de cerca de 6 horas, as embarcações motorizadas podem permanecer no mar vários dias, sendo mais comum entre 5 e 8 dias. Além disso, as variações das marés acompanhando os ciclos da lua também influenciam na produtividade dos diferentes instrumentos de pesca. Por isso, os pescadores desenvolvem um conjunto de avaliações sobre os dias, horários e zonas apropriados à captura com determinado apetrecho e à captura de certas espécies.

A pesca é realizada em forma de associação, a parceria. Mas essa associação tem sofrido alterações profundas, principalmente no caso das maiores unidades produtivas, onde as relações de trabalho tendem a assumir um caráter cada vez mais assimétrico. Na categoria das canoas, unem-se proprietários de parte ou de todos os meios de captura, com outros pescadores desprovidos desses meios, todos tomando parte nas pescarias. Já nos botes, tende a ocorrer uma separação: o proprietário de mais de uma embarcação, geralmente não participa mais como pescador, restringindo-se às tarefas de controle e comercialização. Nesse caso, já não mora mais no povoado, para lá se dirigindo apenas para "dar assistência" a seus barcos e prestar contas com a tripulação.

O produto é partilhado entre os agentes de

produção. Há diferentes formas de partilha, segundo a natureza do instrumento e o volume dos meios empregados. Para as redes e espinhéis, quanto mais extensos, mais partes (quinhões) cabem ao pescador, ou pescadores que os possuem. À embarcação corresponde um quinhão; seu proprietário e os que entram apenas com sua capacidade de trabalho recebem outro quinhão, por tomarem parte da pescaria. No caso do curral, a parte de cada "sôcio" depende do grau em que participa na propriedade do material e no trabalho diário. Independentemente da modalidade de pesca, os parceiros separam para si o quinhão da bóia, antes de venderem o peixe. Esse procedimento é essencial na manutenção das famílias.

Não há contratos formais de trabalho e nem prazos definidos para a duração de uma equipe. O parentesco não é um critério determinante na sua composição. Há tanto casos de pais e filhos, ou tios e sobrinhos trabalhando juntos, como também amigos, vizinhos ou "conhecidos".

Nas unidades produtivas de menor porte, pode-se dizer que a condição comum de pescadores reflete-se nas relações de trabalho, que envolvem formas de ajuda. É o que ocorre, por exemplo, quando o proprietário cede um de seus quinhões ao companheiro, após uma pescaria pouco produtiva.

Ressalta-se, também, a ajuda mútua como condição de sua reprodução social. É comum o empréstimo de redes e canoas, o que tem como contrapartida a entrega de quinhões do produto ao emprestador. Tal prática constitui um complemento de renda, sendo também pelo fato de que as variações sazonais da pesca por vezes inviabilizam o uso do mesmo instrumento o ano todo. O próprio risco inerente à atividade também justifica esses empréstimos, pois não raramente um pescador perde parte ou toda sua rede

engatada em paus ou pedras no fundo.

As diferenças sociais são mais nítidas no nível dos barcos motorizados, do que resultam algumas transformações nas relações de produção. Formalmente o padrão de partilha do produto segue o mesmo esquema de partes correspondentes aos trabalhos e aos meios de produção. Porém, as diferenças de rendimento entre proprietários e pescadores é bem mais acentuada, em função do maior número de parcelas em que se divide o produto. Na ausência do proprietário, o controle é exercido pelo "responsável", ou "arrais", que alia a sua função de chefe da pescaria, o papel de representante do "patrão".

Os maiores proprietários têm meios diversificados de se apropriar do excedente dos produtores diretos. Em princípio, pelas partes que lhe cabem dada a concentração de instrumento. Além disso, prestam contas com os pescadores considerando determinado preço e vendem o produto a preço superior. Caso atuem como intermediários, negociando também o produto de outras unidades, esses "patrões" podem deter parte do valor que caberia aos agentes mais próximos da comercialização.

O conjunto dos pescadores locais comercializa seu produto em condições extremamente desfavoráveis. Aqueles que realizam pescarias diárias e em volume variável, não podem levar diretamente até a cidade de Bragança, onde vigoram preços mais elevados. Por isso, repassam todo dia aos "marreteiros" da praia, que possuem caixas com gelo no "porto" e que se encarregam do transporte e da revenda naquele centro populacional.

É a partir dos preços de Bragança, que se vão determinando as margens de remuneração dos intermediários até chegar ao pescador. Este depende do "marreteiro" não só como elo de ligação com o mer-

cado, como também pelas dívidas que freqüentemente têm de contrair junto a ele, como forma de adquirir e manter seus meios de trabalho e, ainda, para suprir necessidades de subsistência das famílias. Tais dívidas se ampliam fora das safras.

O acerto de contas entre pescadores e "marreteiros" é feito "no apuro", como se diz no local, o que quer dizer, após o comprador ter efetuado a revenda. Assim, além de ser de fato o pescador que adianta o capital dos comerciantes, sua remuneração fica à mercê das condições em que o pescado for revendido.

Alguns "marreteiros" da praia operam com reduzida margem de rendimento, pois além de não realizarem diretamente a venda a varejo, arcam com as despesas de frete até Bragança, e de gelo, além dos gastos com sua passagem. Quando o volume a ser comercializado é pequeno, esses gastos não compensam a viagem, de modo que eles têm de revender a outros "marreteiros" locais. Assim, embora possam apropriar-se de parte do valor produzido pelos pescadores, as quantidades que negociam e as condições de revenda resultam em ganhos que, por vezes, pouco cobrem os custos de conservação e transporte, propiciando-lhes níveis de vida não muito superiores aos de seus fornecedores. Sua renda é relativamente mais segura que a do pescador, haja vista a possibilidade de repassar-lhe as quedas de preço.

No tocante aos proprietários de barcos de pesca, há também aqueles que atuam em estreita dependência a determinado comprador, que "avia" sua embarcação: fornece as despesas da pescaria, para desconto na entrega do produto e financia algum meio de trabalho. Os proprietários mais capitalizados atuam de modo mais independente. Os mais prósperos são, de fato, produtores intermediários, dis-

pondo então de diferentes alternativas de colocação do produto (o mercado da cidade, interior do município, cidades vizinhas e a capital do Estado).

Os rendimentos monetários dos pescadores da praia caracterizam a estreita base econômica de sua produção. É certo que, durante a safra de espécies valorizadas no mercado, podem auferir ganhos mais significativos, se comparados aos que poderiam obter como empregados, de acordo com seu grau de instrução. Porém, a incerteza dos resultados e as dívidas dificultam que esses ganhos periódicos se revertam na ampliação de sua capacidade produtiva.

Entre as estratégias de sobrevivência desses pescadores está a de se engajarem em tripulações de barcos motorizados, seja na própria vila ou em outros centros pesqueiros.

Em contrapartida, aos menores preços pagos por seu produto eles se abastecem na vila, onde os preços dos gêneros são maiores que na cidade ou, então, pedem aos intermediários que lhes tragam algum produto, a ser descontado na prestação de contas do pescado. As dificuldades de reposição dos meios de trabalho e de subsistência os condicionam ao crédito do intermediário. Por essa razão, é muito comum que trabalhem "aviados", persistindo assim no domínio da pesca essa forma tradicional de financiamento a produtores rurais na região.

Mas esse meio de crédito é também adequado a sua forma de produção. Ainda que implique o compromisso de venda exclusiva ao credor, permitindo-lhe maior controle sobre os preços, viabiliza a reprodução do pequeno produtor, que não tem condições de comprar à vista, em lojas, ou através do crédito comercial e bancário.

Face à posição desfavorável em que esses produtores se apresentam no mercado, sua sobrevivência

depende, ainda, significativamente, da produção direta para subsistência. Destaca-se aqui o trabalho das mulheres e das crianças na coleta de mariscos, na salga do peixe, na fabricação de redes etc. A ajuda mútua é também uma condição da reprodução social, através do empréstimo de apetrechos de pesca, visto antes, bem como a doação de peixes a parentes ou amigos eventualmente impossibilitados de sair à pesca.

O nível econômico desse grupo social é, por conseguinte, bastante limitado. Mas, apesar disso, o próprio contexto econômico envolvente produz situações que contribuem para a permanência da comunidade. Não se trata apenas do fato de que os pequenos pescadores têm um importante papel no abastecimento do mercado interno do Estado. Devem-se considerar, igualmente, as reduzidas alternativas para os que saem. Ademais, Ajuruteua ainda exerce certa atração populacional sobre outras comunidades pesqueiras próximas, bem como sobre áreas de agricultura, que já esgotaram suas possibilidades de reprodução.

Contudo, é precisamente nessa situação subalterna que a comunidade enfrenta situações que ameaçam sua permanência, enquanto uma comunidade de pequenos produtores de pesca.

FATORES DE AMEAÇA

De imediato, destaca-se um problema ligado às condições físicas da área. A vila situa-se em uma ponta de terra entre manguezais, as águas de um furo - Furo Grande - e o mar. Face ao intenso movi-

mento dessas águas, o espaço da vila vem diminuindo devido à erosão. Em consequência, casas mais próximas à margem são derrubadas a cada ano, especialmente no mês de março, quando as águas "crescem" (período chuvoso, coincidindo com as maiores marés). Os moradores são obrigados a reconstruir suas habitações em terrenos mais firmes que, porém, são limitados. Esse problema os deixam inseguros quanto ao tempo em que a vila vai durar. Se a questão fosse apenas de ordem natural, soluções poderiam ser encontradas. Com efeito, há sugestões de que sejam transferidos para a ilha do Bonifácio, situada a cerca de 4 km do povoado. No entanto, esse lugar é ocupado por uma empresa imobiliária que aí desenvolve um projeto de loteamento, aproveitando a valorização das terras da ilha devido à conclusão da rodovia PA-458, em 1983. Essa estrada liga a ilha a Bragança e sua construção objetivou desenvolver as potencialidades turísticas daquela região.

A recente expansão do turismo traz consequências contraditórias à população local. A vila passou a ser freqüentada mais regularmente por veranistas, principalmente da capital do Estado, que para lá se dirigem com seu estilo de vida e consumo urbano. Cresce o interesse pela posse de casas e terrenos na própria vila.

Os moradores são progressivamente incorporados à circulação de mercadorias, tanto para desenvolverem seu trabalho, como para sua subsistência em geral, posto que eles adquirem novas necessidades e aspirações. Assim, os obstáculos ao aumento de produtividade de seu trabalho tornam imperativo que outros membros da família exerçam atividades remuneradas. Fora das épocas de veraneio, as oportunidades resumem-se à pesca e à "marretagem". Por isso, a presença de pessoas de fora é vista, em par-

te, pelos moradores como trazendo alternativas para ganhar dinheiro. As opções que surgem são de montar pequenas vendas (mercearias, frutas e comidas na praia...) e prestar serviços, como lavagem de roupas e cozinha, geralmente feitos pelas mulheres, para os que se hospedam em suas casas.

Se por esse prisma o incremento do turismo traz um tipo de solução provisória às necessidades de sobrevivência dos moradores, por outro evidencia os limites da permanência na comunidade. As oportunidades novas são, com efeito, a integração nas atividades subalternas da sociedade capitalista. São, também, dependentes dos fluxos de veranistas, que não lhes propiciam autonomia. Além disso, os visitantes são vistos como possibilidades de enviarem os filhos para a cidade, na expectativa de que possam estudar, em troca de sua inserção como empregados domésticos.

Tal como os demais pescadores artesanais do litoral paraense, os pescadores de Ajuruteua enfrentam a concorrência da pesca moderna, de grande escala, realizada por barcos pertencentes a empresas que concentram atividades de captura, beneficiamento e exportação de pescado e camarões.

A atuação da frota industrial no mar paraense tem levantado graves problemas. Ao operar em áreas tradicionalmente reservadas aos artesanais, traz prejuízos diretos a eles, que vão desde choques com seus apetrechos e embarcações durante a prática do arrasto motorizado, até ameaças à reprodução dos recursos naturais, decorrentes desse tipo de captura. As empresas objetivam apenas poucas espécies, principalmente a piramutaba (brachyplatystoma vaillanti) e o camarão (penaeus subtilis e penaeus brasiliensis), que dispõem de boa aceitação no mercado externo. Ocorre que, como as redes de arrasto

não são seletivas, capturam também a "fauna acompanhante" daquelas espécies, uma enorme variedade de peixes, além de crustáceos e moluscos, rejeitados após seleção feita a bordo.

Os pescadores artesanais, alijados das políticas desenvolvimentistas, continuam a abastecer parcela importante do mercado interno. O Estado tem se posicionado como incentivador, gerador das pré-condições para a expansão do capital. As empresas, os bancos, as casas comerciais têm sido privilegiadas, como ocorreu com a política de crédito rural aos pescadores, que marginalizou a maioria deles, embora contribuindo decisivamente para difundir o uso de meios de trabalho de origem industrial, principalmente redes sintéticas.

Assim, o caso de Ajuruteua reflete um aspecto do estilo de desenvolvimento dominante nesta região, onde formas tradicionais de produção são lentamente desestruturadas, sem que se criem opções de emprego e de acesso a níveis superiores de bem-estar. Os meios de produção da pequena pesca vão se tornando insuficientes para prover a subsistência em uma sociedade de consumo ampliado. Nesses termos, a continuidade desse grupo social ocorre com seu empobrecimento relativo. Pode-se, então, perguntar: até quando? Sua forma social de produção é capaz de resistir às mudanças sem alterações profundas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FURTADO, Lourdes Gonçalves. Curralista e redeiros de Marudá; pescadores do litoral paraense. Belém, MPEG/CNPq, 1987. 366 p.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves & NASCIMENTO, Ivete. Pescadores de linha do litoral paraense; uma contribuição aos estudos de cam-pesinato na Amazônia. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Nova Série: Antropologia, Belém, (82): 1-49; abr. 1982.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Os parceiros do mar; natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém, MPEG/CNPq, 1985. 227 p.
- MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do mar. São Paulo, Ática, 1986. 77 p.
- MANESCHY, Maria Cristina Alves. Uma Comunidade pesqueira ameaçada. Belém, Universidade Federal do Para. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, 1988. 227 f.
- MELLO, Alex Fiuza de. A Pesca Sob o Capital; a tecnologia a serviço da dominação. Belém, Universidade Federal do Para, 1985. 296 p.
- PENNER, Maria Eunice Soares. A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico. Belém, Universidade Federal do Para, 1984. 158 p.